

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.765 - SP (2019/0256302-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : VINICIUS VIANA SANTANA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AUGUSTO PERES PENTEADO - DEFENSOR PÚBLICO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação do art. 155, § 2º, do CP.

Sustenta que *a conduta imputada ao recorrente é materialmente atípica, à luz do princípio da insignificância* (fl.188), sob a alegação da inexpressividade da lesão jurídica provocada, visto que os objetos do furto foram avaliados em cerca de R\$ 56,90 (fl.191).

Argumenta, subsidiariamente, que *o privilégio foi aplicado desproporcionalmente, apenas para que se substituísse a pena de reclusão pela de detenção - o que, considerando a substituição da pena carcerária e a fixação do regime aberto, não tem nenhum impacto concreto* (fl.192).

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que o recorrente seja absolvido em face da atipicidade da conduta ou, subsidiariamente, seja reconhecido o privilégio no furto, a fim de que seja aplicada isoladamente a pena de multa ou minorada a reprimenda em grau máximo na terceira fase da dosimetria.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

O Tribunal de origem, ao negar aplicação ao princípio da insignificância, assim consignou (fls. 175/176):

No caso sub examine, o valor do bem subtraído, por si só, não admite a aplicação do sobredito instituto, de molde a excluir a conduta da esfera da tipicidade penal, uma vez que não pode ser considerado inexpressivo ou insignificante, a ponto de não merecer a reprovação penal.

Nesse sentido, confirmam-se arestos elucidativos:

[...]

Por certo é que o pequeno valor da res furtiva influenciará na fixação da pena, possibilitando ao julgador o reconhecimento da figura do furto privilegiado, se o caso, ou a aplicação de penas alternativas, se as medidas assim se mostrarem recomendáveis e suficientes à prevenção e repressão do delito, a teor do artigo 44, do Código Penal, de forma a assegurar a individualização da pena.

Mas não há falar em fato atípico, pois há sim crime, isto é, conduta típica e antijurídica.

É sabido que, à luz do princípio da intervenção mínima, do Direito Penal apenas haveria espaço para a atuação estatal nos casos em que o bem jurídico protegido pela norma tenha sido exposto a um dano significativo ou nas hipóteses em que a conduta seja socialmente reprovável.

Com efeito, a incidência do princípio da insignificância é admitida pelo Supremo Tribunal Federal desde que presentes quatro vetores, os quais vêm sendo igualmente exigidos por esta Corte, a saber: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Na espécie, consta dos autos que o recorrido, em 22/12/2017, subtraiu, mediante abuso de confiança, *enfeite de natal pisca-pisca com 15 metros, melhor descrito e avaliado em R\$ 56,90* (fl.175), correspondente, portanto, a 6,07% do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Nesse contexto, em se considerando o valor ínfimo da coisa que se tentou furtar, sendo o réu primário, não há como se afastar a aplicação do princípio da insignificância, ainda que a conduta tenha sido qualificada. Nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. TENTATIVA. ATIPICIDADE MATERIAL. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL. RECURSO PROVIDO.

[...]

2. Apesar do entendimento firmado nesta Corte, segundo o qual a aplicação do princípio da insignificância tem sido rechaçada, como regra, no crime de furto qualificado pelo abuso de confiança, tendo em vista que tal circunstância denota maior ofensividade e reprovabilidade da conduta (AgRg no AREsp n. 697529/MG, de minha Relatoria, Quinta Turma, Dje 7/10/2015), a hipótese destes autos permite o reconhecimento da atipicidade material da conduta, já que as circunstâncias do fato não são suficientes para demonstrar a periculosidade da agente nem da conduta (tentativa de furto de duas camisetas e uma calça, bens avaliados em R\$ 95,70 (noventa e cinco reais e setenta

centavos)).

3. Recurso ordinário provido para determinar o trancamento da Ação Penal n. 0001302-74.2018.8.16.0014.

(RHC 118.171/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 04/11/2019)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. ART. 155, §4º, II, DO CÓDIGO PENAL. ESTABELECIMENTO COMERCIAL. OBJETOS AVALIADOS EM R\$ 21,40, 2,71% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE. RÉU TECNICAMENTE PRIMÁRIO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. CONCOMITÂNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES. ORDEM CONCEDIDA.

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. O furto de produtos avaliados em R\$ 21,40, que representa 2,71% do salário mínimo da época, aliado a primariedade do paciente, autoriza a incidência do princípio da insignificância, pois nenhum interesse social existe na onerosa intervenção estatal.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 64.217/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 02/05/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial para, afastada a tipicidade da conduta pela incidência do princípio da insignificância, absolver o recorrente da imputação do art. 155, § 4º, II, do CP.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator